

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CHIPRE
EMBAIXADOR APPIO CLAUDIO ACQUARONE

Iniciei minha missão à frente da Embaixada do Brasil em Chipre em 3 de março de 2014, tendo apresentado cartas credenciais ao Presidente Nicos Anastasiades em 3 de julho do mesmo ano. Segundo Embaixador do Brasil residente em Nicósia, encontrei tanto a Chancelaria como a Residência adequadamente instaladas pelo meu predecessor, Embaixador Dante Coelho de Lima, em prédios alugados em perfeitas condições de ocupação e trabalho.

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando trocaram Embaixadas cumulativas: a do Brasil, em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa. Com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações econômico-comerciais, os dois países decidiram a troca de Embaixadas residentes: a criação oficial da Embaixada da República de Chipre em Brasília ocorreu em 4 de agosto de 2009; a Embaixada do Brasil em Nicósia foi criada em janeiro de 2010. A inauguração da Chancelaria no imóvel que atualmente ocupa se deu em 30 de março de 2012.

1) Bilateralidade

1.1) Caráter geral

Como ocorre em diversos outros países, a percepção do Brasil como país emergente e amistoso é prevalecente em Chipre. Textos jornalísticos publicados sobre o país e a interlocução da sociedade local com a Embaixada atestam essa tendência positiva. Em razão da inserção tradicional da elite econômica do país no comércio internacional, seja pelo setor de transporte marítimo, seja pela oferta de serviços financeiros e de vantagens fiscais para instalação de empresas estrangeiras, há uma atenção especial da mídia para países "emergentes", identificados com possibilidades de negócios. Nesse sentido, são comuns reportagens sobre a economia brasileira, que normalmente ressaltam aspectos positivos do mercado. O falecimento de Oscar Niemeyer ensejou reportagens sobre a modernidade brasileira.

As manifestações políticas de rua ocorridas nos últimos anos não foram descritas com tintas negativas, mas sim com certa encantada surpresa pela vitalidade democrática do país. A cobertura feita sobre a Copa do Mundo e os tópicos sobre os próximos Jogos Olímpicos costumam enfatizar os aspectos esportivos e as oportunidades turísticas. O governo local e a imprensa tiveram reação equilibrada às notícias sobre o vírus Zika e sua associação com má-formação fetal. O noticiário pautou-se por informações de fontes confiáveis. O Ministério da Saúde local divulgou advertência sobre cuidados em viagens à América do Sul, Estados Unidos e Tailândia, sem conteúdo alarmista, que promove cuidados profiláticos e não singulariza o Brasil.

Embora esteja presente entre os interlocutores da Embaixada a disseminada preocupação com a violência, a qualidade da informação sobre o Brasil permite que o problema seja posto em perspectiva. A imagem positiva de um Brasil dinâmico e moderno carrega enorme interesse e boa repercussão para eventos realizados pela Embaixada ou com seu apoio.

1.2) Comunidade brasileira residente

A comunidade brasileira em Chipre conta com cerca de 150 pessoas. Dentre estes a maioria é constituída de profissionais do esporte e suas famílias. Há também profissionais liberais casados com cidadãos cipriotas ou europeus. A maior parte deles realizou sua matrícula consular junto à Embaixada e pode ser facilmente contatada, mas o Posto recebeu com alguma frequência visitas em seu Setor Consular de novos cidadãos brasileiros residentes.

Atualmente há dois cidadãos brasileiros detidos na penitenciária central de Nicósia, ambos condenados por tráfico internacional de drogas, a cumprir penas de cerca de dez anos de prisão. Eles recebem visitas periódicas de servidores e funcionários da Embaixada, com a qual têm contato frequente, facultado pelas autoridades locais.

1.3) Questão de Chipre e Conselho de Segurança

No que tange ao conflito intercomunitário na ilha - tensões entre a maioria de origem grega e a minoria turca - e ao impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre, procurei adotar uma política de equilíbrio. Aos interlocutores da Embaixada no Governo cipriota foi sistematicamente explicada a posição do Brasil, que defende que seja a questão cipriota tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades.

Cuidei de ressaltar o apoio do Brasil a todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar, em geral um capitão do Exército, incorporado ao contingente argentino da Missão.

Embora a posição brasileira seja vista com satisfação por Chipre, um maior envolvimento brasileiro nas negociações para a reunificação da ilha seria bem vindo. Em mais de uma ocasião, ouvi de lideranças greco e turco-cipriotas que um ator oriundo de fora do espaço europeu e anglo-saxônico poderia funcionar como um catalizador mais eficiente, se estivesse disposto a acompanhar mais ativamente as negociações.

Nas ocasiões em que conversei com privadamente com o Chanceler Ioannis Kassoulides, dele escutei que um maior envolvimento brasileiro certamente contribuiria para o fortalecimento das pretensões do Brasil em uma futura reforma do Conselho de Segurança da ONU. Sobre esse assunto, embora Chipre defenda, "em tese", uma reforma do Conselho de Segurança "baseada em princípios", e o próprio Kassoulides tenha registrado ao Chefe do Posto sua descrença na eficácia do órgão, o país adota posição cautelosa, e procura não criar tensões com os P-5. As diversas resoluções que versam sobre a Questão de Chipre, conquanto não tenham sido implementadas na maioria de seus aspectos, são a base histórica de grande parte das reivindicações do Estado cipriota e, ao estabelecer os princípios de uma possível reunificação, criam certa segurança que Chipre não ameaçaria com críticas fortes ao formato atual do Conselho.

1.4) Assinatura de acordos

Entrou em vigor, em 28/05/2010, Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de Consultas Políticas bilaterais. Desde então, envidei esforços para realizar, em Nicósia, a primeira reunião bilateral sob a égide do Memorando, sem que tenha sido possível coordenar as respectivas agendas nacionais para a efetivação do encontro.

Além deste instrumento em vigor, há as seguintes iniciativas de acordos bilaterais:

- 1) Em julho de 2013, a Secretaria de Estado encaminhou à Embaixada de Chipre em Brasília contraproposta de texto de Memorando de Entendimento na área de Turismo;
- 2) Em abril de 2015, a Embaixada em Nicósia consultou formalmente a Chancelaria cipriota sobre o interesse em assinar Acordo Bilateral para permissão de exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. Em resposta, o Ministério de Negócios Estrangeiros de Chipre considerou "desnecessária" a assinatura, por não haver proibição ao desempenho de atividades remuneradas pelos dependentes em questão;
- 3) Em julho de 2015, a Embaixada em Nicósia passou Nota Verbal ao Ministério de Negócios Estrangeiros de Chipre com contraproposta de texto para Acordo Bilateral de Navegação Comercial.

Uma das bases da atratividade de capitais por Chipre é sua rede de acordos contra bitributação, que abrange mais de 100 acordos bilaterais e é frequentemente citada em eventos de cunho empresarial e financeiro. Compreensivelmente, a Embaixada foi com frequência consultada sobre a possibilidade de acordo semelhante com o Brasil, principalmente por autoridades do Ministério da Indústria, Comércio, Energia e Turismo, e por membros da Câmara de Comércio. Aos interlocutores, tentei esclarecer que Chipre necessitaria recorrer de sua classificação como "regime de tributação favorecida" pela Receita Federal para que semelhante acordo possa ter negociação iniciada. A Embaixada também transmitiu ao Ministério de Negócios Estrangeiros a informação de que o Brasil está passando a adotar novo modelo de acordo de proteção de investimentos, cujo teor poderá ser proposto para negociação em período próximo.

1.5) Candidaturas

Foi frequente, nos últimos dois anos, o apoio mútuo entre os dois países em candidaturas a organismos internacionais. Após a abertura da Embaixada, as gestões por candidaturas têm sido feitas por Notas Verbais à Chancelaria local, reforçadas por visitas do Chefe do Posto às autoridades competentes.

Além da interação entre esta Missão diplomática e o Governo cipriota sobre apresentação de candidaturas nos anos de 2012 e 2013, durante minha gestão Chipre declarou apoio à candidatura do Professor Leonardo Nemer Caldeira Brant ao Tribunal Penal Internacional (TPI). Em contrapartida, foi oferecido apoio ao candidato cipriota à Presidência da 71ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Em 2015, Chipre empenhou seu apoio à reeleição do Prof. José Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO. No mesmo ano, o Ministério de Negócios Estrangeiros agradeceu o apoio brasileiro, em rodada inicial, a seu candidato (derrotado) à Direção-Geral da Organização Marítima Internacional.

Em 2016, Chipre manifestou apoio à candidatura do Prof. Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros ao Tribunal Internacional para o Direito do Mar (TIDM).

2) Quadro político

2.1) Evolução histórica

Em virtude de sua localização, a ilha de Chipre foi considerada território importante do ponto de vista estratégico, no centro de um semicírculo que engloba a Grécia, a Turquia, a Síria, o Líbano, Israel e Egito.

Colonizada por povos de origem grega, foi dominada subsequentemente por persas, egípcios, romanos, bizantinos e árabes. A partir do ano 1000 da Era Cristã, foi conquistada, em sucessão, por cruzados, francos, venezianos, até a invasão turca de 1571, cuja dominação estendeu-se até o ocaso do Império Otomano. Em 1878, a coroa britânica, aproveitando-se do enfraquecimento da Turquia após duas guerras contra a Rússia, recebeu a ilha como concessão prevista em tratado internacional.

O ressurgimento de um Estado grego no século XIX e a gradativa incorporação a seu território de regiões anteriormente sob jugo otomano, bem como a conquista da soberania por diversas colônias britânicas, criaram a expectativa de que a ilha pudesse se unir à Grécia. A rejeição dos britânicos ao projeto e a insatisfação da comunidade turco-cipriota, remanescente dos tempos otomanos, com o possível advento da união pretendida pelos greco-cipriotas, geraram os primeiros enfrentamentos armados entre as duas comunidades até então em convivência harmoniosa. A saída patrocinada por Londres foi a independência da ilha, efetivada, após dois anos de negociações tripartites, 16 de agosto de 1960.

Como a propalada união com a Grécia não foi abandonada pela parte greco-cipriota durante o Governo do Arcebispo Makarios, que não patrocinava o projeto, a junta militar que tomou o poder em Atenas promoveu golpe de estado que levou à fuga de Makarios, ameaçado de assassinato. Com a instalação de um governo fantoche em Nicósia, e a violência generalizada entre as duas comunidades, parecia iminente a declaração de unificação com a Grécia.

Sob alegação desse pretexto e contra os atos de violência de que era vítima a comunidade turco-cipriota, a Turquia invocou os termos dos tratados assinados com a Grécia e com o Reino Unido para invadir o país. Bem sucedida, a operação militar propiciou ao governo turco o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital. O sucesso da invasão levou à queda não apenas do governo provisório em Chipre, como também ao colapso da ditadura militar grega.

Como nenhuma solução imediata foi encontrada, em agosto de 1974 a Turquia lançou uma segunda invasão. Em apenas três dias estendeu seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a abandonar suas casas rumo ao sul e criando uma divisão "de fato" que permanece basicamente a mesma até os dias de hoje. A situação dividida do país e as dificuldades para promover sua reunificação são designadas pela expressão "Cyprus Problem", ou, em português, "a questão de Chipre".

2.2) Atuação diplomática correspondente

Dois acontecimentos recentes condicionam a atuação do corpo diplomático estrangeiro acreditado em Nicósia: a criação, em 1983, pela comunidade turco-cipriota, da "República Turca do Norte de Chipre" (TRNC), reconhecida tão somente por Ancara e ignorado pelas Nações Unidas e a totalidade de seus membros; e, em 2004, a admissão da República de Chipre na União Européia. A divisão de fato e não de direito do território cipriota recomenda cautela própria ao diplomata, e condicionou, não somente a atuação deste Chefe de Posto, como a conduta pública e privada de todos os membros do Corpo Diplomático.

Como a República de Chipre, a cujo Governo os embaixadores estrangeiros estão acreditados, engloba, segundo as Nações Unidas, a totalidade territorial da ilha, essa condição pressupõe a total liberdade de circulação em todo o solo nacional cipriota.

Cuidado especial deve ser tomado, porém, ao ingressar na parte insular norte, conforme procedimento a que me obriguei, bem como a todos os funcionários da Embaixada do Brasil. Contato com o auto-intitulado "Governo" da parcela ocupada pelas tropas turcas desde 1974 deve ser absolutamente evitado, a despeito de constantes tentativas nessa direção por parte das "autoridades" setentrionais.

Durante meu tempo à frente da Embaixada do Brasil, no qual o processo de reaproximação das duas comunidades atingiu nível de otimismo até então não experimentado, restringi-me, dada a delicadeza do tema, à participação meramente de cunho informativo, para transmitir acuradamente à Secretaria de Estado das Relações Exteriores o retrato do momento político cipriota. Caso tenham sucesso as presentes tratativas de ambos os líderes comunitários - probabilidade aumentada desde a eleição, em maio passado, do novo dirigente turco-cipriota Mustafa Akinci - em reunificar o país, a atuação diplomática poderá voltar aos seus contornos clássicos.

3) Ambiente econômico-comercial

3.1) Situação atual

Chipre é estruturalmente dependente de importações e não possui indústria exportadora de relevância. Essa situação leva à existência sistemática de saldo negativo no comércio exterior. Os fundamentos da economia cipriota são o "tripé" turismo, transportes marítimos e serviços financeiros.

Enquanto as receitas geradas pelos dois primeiros setores têm-se mantido basicamente constantes, a oferta de serviços financeiros sofreu duro golpe durante a crise que levou o país a recorrer a empréstimos emergenciais externos para salvar parte de seu setor bancário.

Os acontecimentos recentes demonstraram que o Estado cipriota, ainda que esteja hoje em melhores condições fiscais e macroeconômicas, não tem condições de dar garantias soberanas a depósitos feitos em um sistema financeiro 7 ou 8 vezes maior que a economia do país. As instituições supranacionais e os aliados internacionais que poderiam ter interesse em manter os bancos cipriotas solventes demonstraram-se reticentes ou hostis. Apesar dos problemas, a economia nos últimos dois anos deu claros sinais de recuperação, a despeito da recente elevação da taxa de imposto corporativo de 10% para 12,5%.

O momento crucial da referida crise foi o primeiro semestre de 2013, que coincidiu com a eleição do atual Presidente da República, Nicos Anastasiades. No ápice da crise do crédito soberano por que passava a zona do Euro, Chipre se tornou o quinto membro da União Europeia a recorrer a um pacote de salvação financeira denominada "troica" (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). O socorro financeiro ao país atraiu atenção internacional por ter sido o primeiro em que parte dos custos da salvação do setor bancário foi imposta aos correntistas. Dessa forma, e de maneira até então quase inconcebível, o "bail out" transformou-se em "bail in".

Chipre tem uma economia dependente de importações e acumula, tradicionalmente, saldo negativo na corrente de comércio de mercadorias, com saldo positivo no comércio de serviços - devido principalmente à sua frota mercante, a 11ª maior do mundo. Seus principais produtos de exportação são farmacêuticos,

equipamento foto-sensitivo e alimentos "in natura" e processados. Pelo lado da importação, combustíveis, máquinas, químicos, veículos e metais. O país tem como principais parceiros comerciais a Grécia, Israel e o Reino Unido.

O volume recorde na corrente de comércio exterior foi registrado em 2008 (8,5 bilhão de euros); após 2013, o país enfrentou forte crise financeira da qual passa agora a se recuperar. Durante esse período houve declínio significativo no valor, com registro de corrente de EUR 6,8 bi em 2015, e déficit de EUR 3,4 bi.

3.2) Relacionamento bilateral

O fluxo de comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. A crise financeira mundial, seguida da crise do euro, que atingiu fortemente a República de Chipre, gerou diminuição geral das importações cipriotas.

Em 2004, a Petrobras começou a prover óleo combustível de baixo teor de enxofre a duas usinas termoeletricas em Limassol e Larnaca. O contrato foi renovado para o período 2006/2007, sendo responsável pelo extraordinário aumento das exportações brasileiras observado no período. A empresa voltou a vencer licitação para fornecimento de combustível em 2012.

Nos períodos em que se deram as vendas de combustível, o total das importações cipriotas chegou a atingir 200 milhões de dólares anuais. Nos últimos três anos, os totais foram de 9,2 milhões (2015), 42,9 milhões (2014) e 13,0 milhões (2013). O habitual saldo positivo se repetiu nesses anos, durante os quais as importações brasileiras atingiram o máximo de 3,6 milhões de dólares (2013).

Cerca de 50% do volume de exportações brasileiras para Chipre é representado por três categorias de produtos: sucos, calçados e café. A abertura da Embaixada propiciou o aumento das consultas de empresas cipriotas e brasileiras a respeito de oportunidades comerciais e de investimento. A Embaixada deu início ao atendimento a demandas de informações sobre a oferta exportável de produtos brasileiros para Chipre. Foram recebidos contatos de interessados locais e encaminhamento das demandas a potenciais fornecedores brasileiros, como nos casos de carnes, máquinas de processamento de biodiesel e alimentos industrializados, entre outros. Os interessados em importadores no Brasil receberam listas de contatos comerciais para oferecimento de seus produtos e serviços e a recomendação de também encaminhar suas demandas à Embaixada de Chipre em Brasília.

De maneira geral, o volume do mercado interno de Chipre tem se demonstrado insuficiente para interessar empresas brasileiras de porte maior ou mesmo operadores menores de comércio exterior a desenvolver relação permanente de fornecimento a compradores locais. Diversos interlocutores da Embaixada sugeriram haver potencial interesse de importadores locais em fazer encomendas de maior volume para reexportação a mercados regionais.

Os atuais entendimentos para a realização de visita de missão empresarial cipriota ao Brasil poderiam criar a oportunidade para que empresas de importação locais identifiquem fornecedores para o mercado cipriota e regional. Iniciativas como essa, que aumentem o conhecimento mútuo dos agentes e criem a oportunidade de contatos pessoais poderiam ser o caminho para aumentar o volume do comércio bilateral e diversificar a pauta comercial.

4) Projeções e sugestões

O futuro das relações entre Chipre e o Brasil, como, de resto, entre Nicósia e todos os seus parceiros diplomáticos, passa, necessariamente, pelo rumo que for dado à Questão Cipriota. Conforme pude adiantar no texto que discorre sobre atuação diplomática correspondente, o instante de otimismo que perpassa as presentes negociações entre as duas partes em que se divide a ilha, se traduzido em positivo entendimento, dará nascimento a um outro país. E esse novo Estado deverá buscar novas possibilidades.

O Brasil tem condições de se tornar uma das alternativas no leque de parceiros que o novo Estado cipriota deverá cultivar. Nas conversas que mantive desde a minha chegada ao Posto, não só com autoridades governamentais como também com diversos membros da sociedade civil, pude aquilatar certo "cansaço" local com as tradicionais parcerias diplomáticas de que Nicósia dispôs em sua curta história. Não só as presenças britânica, turca e grega deixaram incômodos pesados que ainda permanecem, mas bem-intencionados representantes escandinavos e anglo-saxões não lograram, no cenário da Questão de Chipre, interagir com os cipriotas sem deixar no ar certo "ranço" paternalista.

A fase em que se encontra o processo de negociação entre as comunidades requer participação maior das duas sociedades civis envolvidas, e três caminhos naturais de entendimento se apresentaram: os relacionamentos religiosos, empresariais e esportivos. À prévia interação entre as lideranças ortodoxa e muçulmana, e à entre as duas câmaras de comércio regionais, procurei introduzir entendimento entre as duas federações de futebol da ilha, até o momento estanques, na qualidade de representante do país organizador da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos, o que espero possa frutificar sob a próxima Chefia de Posto.

Não tenho dúvidas que o "soft-power" brasileiro poderá muito contribuir para o futuro de Chipre, seja qual este fôr, tanto do ponto de vista econômico-comercial como do político. Para os cipriotas, cansados dos "usual suspects", como pude depreender, o Brasil pode ser a melhor alternativa.